

**10. ISENÇÕES RELATIVAS A OPERAÇÕES URBANÍSTICAS –
ARTIGOS H-1/16 E H-1/17:**

Da **Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, o pedido de isenções relativas a operações urbanísticas – Artigos H-1/16 e H-1/17, conforme quadro em anexo.

Tem informação favorável do Diretor Municipal de Gestão.

Isenções relativas a operações urbanísticas - Artigos H-1/16º e H-1/17º

N.º Informação		Entidade	Objeto	Valor
1) -	27929	Condomínio do Prédio da Rua da Fonte do Mundo	Licença de Ocupação de Via Pública - Centro Histórico	1.491,84
2) -	28094	Imochester	Licença de Ocupação de Via Pública - Centro Histórico	614,65
3) -	28095	Imochester	Emissão de Alvará de Licença - Centro Histórico	462,08
4) -	29326	Avambipot, S.A.	Emissão de Alvará de Licença - Centro Histórico	5.498,99
5) -	30710	Fundação Inatel	Licença de Ocupação de Via Pública - Centro Histórico	211,60
6) -	30853	Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade da Igreja do Pópulo, Braga	Licença para a realização de obras de conservação da igreja do Convento do Pópulo	7.952,20
6) -	33452	Onirodurigues, S.A.	Licença de Ocupação de Via Pública - Centro Histórico	6.396,05



BRAGA
Município

DMG – DF-CONTR:FINAN:ARRECADAÇÃO:REC

Informação:27929

Data 29/04/2021

Despacho	Despacho
	<i>À ... do ... 21067 [Signature]</i>
Despacho	

Assunto : Pedidos de Isenção de Taxas –I/299/2021

A Divisão de Controlo financeiro e Arrecadação de Receita apresenta, pedidos de isenção de taxas, preços e outras Receitas Municipais, de Condomínio do Prédio sito na Rua Fonte do Mundo, nº 41, nos termos do previsto nos **Artigos H-1/16º e H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB)**, no valor de **1 491,84€ (mil quatrocentos e noventa e um euros e oitenta e quatro cêntimos)**.

Sendo que, de acordo com o disposto no nº1 do Artigo H-1/18º do CRMB, a concessão de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais compete à Câmara Municipal”, caberá ao Executivo Municipal tomar a decisão sobre os pedidos de isenções efetuados.

O processo encontra-se instruído conforme definido no CRMB e de acordo com os procedimentos internos definidos para o efeito de isenção de taxa, pelo que poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal.

À Consideração Superior,